



Se o sistema político não responde aos anseios da sociedade, ele desmorona

A CPI do Orçamento, como um vulcão, explodiu sem dar aviso prévio. A rede de corrupção parece ter abrangido desde conhecidos gângsteres até membros de reputação ilibada. Mas este é apenas o começo. A lenda dos sete anões demonstrou que o Brasil precisa de reformas estruturais, a começar pelo seu sistema eleitoral. Se não formos capazes de reestruturar o Estado por meio dos mecanismos democráticos, como a revisão constitucional, o vulcão da CPI poderá destruir a própria credibilidade da democracia. É preciso criar um final feliz para a fábula dos sete anões.

Era uma vez um anãozinho chamado Joãozinho, que, por ser baixinho, adorava se envolver em grandes travessuras. Sua ambição era desfrutar do poder. Para isso, era preciso forjar uma aliança poderosa entre os papas da política e os magnatas dos cartéis, para que houvesse respaldo político e financeiro nesta empreitada. Disputar eleição, num país onde o deputado precisa percorrer todos os municípios do seu Estado à caça

de votos, é uma tarefa cara, que envolve milhares de dólares e muito acordo político. Às vezes sobra algum trocado, que é dividido da seguinte forma: uma parte vai para o bolso, e a outra para "investimentos", que podem ser facilmente convertidos em dinheiro na eleição seguinte. Por isso, uma vez eleito, Joãozinho se interessa mais pelos desejos dos papas e dos magnatas que pelas necessidades do povo. Aliás, o povo é fácil de ludibriar. Primeiro, insta-

ta-se a obrigatoriedade do voto, que permite a Joãozinho explorar a simplicidade e ignorância dos mais humildes, prometendo empregos, dando um dinheirinho, organizando alguns bailes e comícios regados a cachaça. Na terra de Joãozinho, lá no interior do País, o voto, por ser obrigatório, é facilmente comprado por alguns tostões. Joãozinho morre de medo quando ouve falar que em países como os EUA, onde o voto é *distrital* e *facultativo*, os políticos são eleitos pelo voto "consciente" — aquele das pessoas que lêem os jornais e se preocupam com o bem público. Ele ficou estarrecido ao saber

que apenas 48% dos eleitores compareceram às urnas na última eleição presidencial. Imagine, 52% dos eleitores não votaram, e logo os que não se interessam por eleições são os mais cobiçados por Joãozinho!

Mas, agora, estão inventando uma história de *voto distrital*, que pode acabar com a alegria de Joãozinho. O deputado seria obrigado a disputar o pleito num único distrito eleitoral, o que permitiria ao eleitor fiscalizar o desempenho do "seu" representante e cobrar suas promessas de campanha. Eleitor consciente, participativo, é coisa que Joãozinho abomina. Ele gosta do eleitor "nelore", aquele que se junta no curral a cada quatro anos para votar. Além do voto facultativo e distrital, os inimigos de Joãozinho querem criar a barreira dos 5%, que vai eliminar os pequenos partidos do Congresso Nacional. Isso significa que os partidos que não conquistarem 5% dos votos nacionais não serão representados no Legislativo. Imagina, o Parlamento com apenas dois ou três partidos!

O sistema eleitoral vigente transformou o Congresso num mercado persa, onde toda legislação tem de ser cuidadosamente negociada. O Brasil de hoje é este que se está vendo, onde o artesão José Carlos dos Santos faz um Orçamento sob medida para acomodar interesses multipartidários. É também o país onde

outras versões de João e José se repetem diariamente. Recentemente, *puristas* da esquerda, e até autoridades do clero, influenciados por dólares canadenses e *pressões externas*, lutaram para aprovar outra lei sob medida, que permite a extradição de dois sequestradores canadenses presos em São Paulo.

Quando o sistema eleitoral permite que dezenas de partidos se apodemem do Parlamento, o resultado é sempre trágico. Ele se transforma rapidamente numa instituição dominada por coalizões frágeis, barganhas escusas e desmoralizadas. Quando as instituições representativas caem no descrédito, a democracia corre risco de vida. Em 1933, a República de Weimar foi varrida pelo nazismo na Alemanha. Esta semana, os partidos radicais de direita e de esquerda (fascistas, comunistas e separatistas) obtiveram uma vitória esmagadora nas eleições municipais italianas. Um sinal de alerta para europeus e brasileiros: se o sistema político é incapaz de responder aos anseios da sociedade, ele desmorona — mesmo que seja uma democracia. Por este motivo, a legislação eleitoral é uma das peças fundamentais que decidirão o êxito ou malogro de um regime democrático.

■ Luiz Felipe D'Ávila é cientista político formado pela Universidade Americana de Paris